

# 9

## CAPÍTULO

### A MEMÓRIA NOS ATOS DO ORADOR

*Leonardo Tavares*

*Márcia Pituba*

*Ricardo Ugeda Mesquita*

#### MEMÓRIA E RETÓRICA

O exercício do orador consiste, dentro de uma perspectiva aristotélica, em encontrar os meios mais adequados ao tratamento de qualquer tema, com o objetivo de persuadir. Nesse percurso, há muitos passos a serem dados rumo ao convencimento. Há, também, ferramentas a serem utilizadas, estratégias a serem minuciosamente pensadas. É nesse contexto que se apresenta a Memória. Não a memória tomada em sentido amplo, vulgar, mas uma Memória que é Arte, que tem vida própria e dialoga de forma estreita com a Retórica.

A Memória se fixa como parte da Retórica a partir dos romanos. Memória e Retórica acolhem-se mutuamente. Da mesma forma que se liga à faculdade do lembrar, ela pode ser conectada também à faculdade do esquecer. Por isso, desenvolveram-se técnicas para que, educada a memória do orador, ele consiga guardar o discurso e depois seja capaz de reproduzi-lo perante a sua plateia, não se contrangendo pelo esquecimento. Essa seria a principal função da Memória como recurso retórico, que veio desde a Antiguidade e tem validade até os dias atuais, conforme assinala Tringali (1988).

Dentro de uma perspectiva da análise retórica, a partir de uma apresentação bastante difundida, a Retórica – aqui entendida como ciência do discurso, voltada para a argumentação – preconiza que para se fazer um discurso é preciso cumprir etapas: encontrar o que dizer (Invenção), organizar o encontrado (Disposição), colocá-lo em palavras (Elocução), memorizar as palavras (Memória) e, por fim, proferir o discurso (Ação). Esse tipo de apresentação leva a entender que as etapas seriam claramente distintas e sucessivas e, com isso, a Memória apareceu como uma necessidade dos que não tinham disponíveis meios tecnológicos para guardar as palavras da Elocução até o momento da Ação efetiva do discurso.

## MEMÓRIA E RETÓRICA – BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Para os oradores antigos, a Memória era imprescindível fator de sucesso ou fracasso de um discurso. Se o orador discursasse bem, a Memória era a garantia da efetividade de seu discurso. No contexto latino do fim da República Romana, o orador não poderia abrir mão de utilizar-se dessas técnicas mnemônicas.

Nos textos de Retórica de Cícero, apresenta-se a Memória como etapa do discurso. Nas *Partições Oratórias* (2007), Cícero diz que a *doctrina dicendi* está dividida em três partes: *uis oratoris*, *oratio*, *quaestio*. A *uis oratoris*, por sua vez, é composta por cinco partes e, entre elas, a Memória aparece como *earumque rerum omnium custos*, “guardiã de todas as coisas”. O termo *custos*, guardiã, lembra que ela toma conta para que se tenha o que dizer na hora da Ação. Uma vez esquecidas as palavras da Elocução, não haverá discurso algum a ser proferido.

Yates (1966) relata que a Arte da Memória teve uma vida cultural extensa e de grande valor. Em se tratando da Antiguidade Clássica, há certa dificuldade de estudar tal Arte, pois as menções à Memória Artificial a tomam como uma obviedade que não precisa ser explicada. A mnemônica era parte da instrução formal de qualquer grego ou romano.

[...] a codificação e sistematização da memória no âmbito da doutrina retórica aconteceu de maneira relativamente tardia. [...] o primeiro tratamento teórico antigo conferido ao tema encontra-se na chamada *Retórica a Herênio* (3.28-40), cujo autor e data não conhecemos com certeza, embora haja relativo consenso em torno de sua datação em meados da década de 80 a.C. – século I a.C., portanto, quando a tradição da teoria retórica já contava cerca de quatro séculos. Também não se sabe ao certo quanto, e por atuação de qual ou quais pensadores – filósofos e/ou rétores –, a mnemônica foi sistematizada e incorporada à doutrina retórica, embora seja praticamente certo que isso tenha ocorrido em época helenística (SCATOLIN, 2011, p. 26).

Vale lembrar que o tema da Memória foi visitado pela primeira vez pelos gregos. A visão dessa Memória, entretanto, era quase que a visão de uma divindade.

Platão (427-347 a.C.) já concebia a Memória como técnica, ou seja, o filósofo defendia a ideia de que a Memória seria *representação presente de uma coisa ausente* e, assim, colocava a problemática da memória no campo da imaginação ou, pelo menos, deixava um espaço para o embaralhamento das duas. No contexto da discussão sobre sofística propriamente dita ou da possibilidade ontológica do erro (o falar falso), Platão inseriu a noção de *eikôn*. Essa pode vir isolada ou acompanhada de outra noção importante – *phantasma*:

É assim que a imagem, mas também a memória, por implicação, traz, desde a origem, o cunho da suspeita, por causa do ambiente filosófico de seu exame. Como, pergunta Sócrates, é possível existir o sofista, e com ele, o falar falso, e finalmente o não-ser implicado pelo não verdadeiro? (RICOEUR, 2014, p. 27).

Ou seja, Platão reflete sobre a Memória como consequência de uma ponderação na qual também se interroga sobre a verdade, sobre o ético e sobre o erro. Isso possibilita vislumbrar um horizonte ímpar, para além da redução da Memória às técnicas de memorização preconizadas pela sofística, pois, ao sairmos desse âmbito, o pensar sobre a Memória passa por uma perspectiva muito mais ampla, colocando em xeque o próprio sentido humano, quer em seu olhar sobre o mundo, quer em sua perspectiva de voltar-se para si mesmo e para o outro. A Memória não constitui apenas uma técnica, mas, em particular, um reconhecer-se e um posicionar-se sobre as questões da realidade.

A perspectiva platônica sobre a Memória encontra muitas aporias, no entanto, sob a ótica de Ricoeur (2014), o que implica mais dificuldades nessa primeira visão da Memória é a falta de um destaque à questão temporal. Talvez por estar sempre posta em momentos em que Platão discute o erro, o engano, a falsidade, a Memória apresenta-se desde o início sob o véu da desconfiança ou suspeita.

No contexto da Memória na Retórica Latina, aparece a distinção entre Memória Natural e Artificial. Cícero e Quintiliano atribuem a Simônides a invenção da Memória Artificial, aquela que é de fato mais discutida nos tratados sobre o tema.

Há, em tais tratados, uma Memória para as coisas e uma Memória para as palavras, ou seja, técnicas para memorizar as *res* do discurso (os assuntos, os argumentos, as personagens, as circunstâncias do caso que o orador precisa tratar) e as *uerba*, caso em que as regras ensinam a decorar o discurso palavra por palavra. Há certa desconfiança quanto à utilidade da Memória de palavras, principalmente em Quintiliano, que chega a propor que esse tipo de mnemônica poderia ser substituído pela simples tarefa de aprender o discurso de cor. Tal ideia destaca que a Memória servia para decorar o discurso a fim de proferi-lo na etapa da *Actio*, de acordo com Chiappetta (2010)<sup>1</sup>.

A Arte da Memória é mais aprofundada pelos romanos, que a localizam como parte imprescindível do momento retórico. Atravessou, de tal modo, a Antiguidade Clássica como parte da Retórica, sobreviveu parcialmente ao desmantelamento do sistema educacional latino e encontrou refúgio nas ordens dominicana e franciscana durante a Idade Média<sup>2</sup>, porém no período renascentista não teve atenção dos estudiosos humanistas. No entanto, floresceu e ampliou-se sob as influências herméticas. Com a chegada do século XVII, sofreu nova mudança e fez parte do desenvolvimento do método científico.

O início da Arte da Memória no século XVII, que retoma uma tradição preservada e transmitida desde a Antiguidade pelos tratados de Retórica de tradição ciceroniana, é marcado pela produção do padre jesuíta Cristóvão Borri (ou Cristóvão Bruno, como também é conhecido), autor de um caderno manuscrito, hoje na Biblioteca da Universidade de Coimbra, composto, de acordo com Chiappetta (2010), de anotações referentes a três cursos proferidos no colégio de Santo Antônio, em 1627: a Nova Astronomia, A arte da Navegação e a Arte da Memória.

Em sua obra, logo no prólogo, o autor declara sua filiação ciceroniana e explica que tratará somente da Memória Artificial. A Memória é definida por ele

---

<sup>1</sup> Fala proferida em 24 de junho de 2010, no evento *Ciceronianíssimos! Simpósio de Estudos sobre Cícero*, realizado pelo Centro de Estudos Clássicos do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP-SP.

<sup>2</sup> Para melhor entendimento sobre a Idade Média, o romance do escritor Umberto Eco, *O nome da rosa*, lançado em 1980 e transformado em filme em 1986, estrelado por Sean Connery no papel do monge Guilherme de Baskerville, é rico em dados do período.

como “uma potência da alma que esconde e guarda, como em depósito, as espécies e imagens de todas as cousas que conhecemos para as manifestar quando for necessário” (BRUNO, 1627 apud CHIAPPETTA, 2011, p. 2). Como bem observa Chiappetta (2010), essa é uma visão da tradição ciceroniana cristianizada, que retoma a proposição de Agostinho e Tomás de Aquino das três potências da alma – a memória (relacionada à virtude da Esperança), o entendimento (ligado à fé) e a vontade (ligada ao amor/caridade).

Na obra em questão, são apresentados preceitos da Memória Artificial e indicações de como aplicá-los. Segundo Chiappetta (2010), Cristóvão Bruno ocupa grande parte de sua *Arte* com preceitos para escolher ou construir lugares da Memória. É bastante breve quanto às imagens, por entender não existir muito o que preceituar – cada um sabe distinguir as imagens que impressionam. As imagens devem ser impressionantes, devem estar em movimento e, principalmente, devem ser ridículas, pois considera o riso extremamente benéfico para a retenção da imagem na Memória.

A *Arte da Memória*, de Cristóvão Bruno, representa um texto de grande importância para a Memória do século XVII, pois aprofunda e amplia perspectivas dessa Arte.

Avançando nesse percurso histórico, com os devidos recortes, Yates (2016) aponta como a Memória é vista na Idade das Trevas:

Na Idade Média, ela desempenhava um papel central, com sua teoria formulada pelos escolásticos e sua prática ligada ao repertório imagético medieval na arte e na arquitetura, em seu conjunto, e aos grandes monumentos literários, como a *Divina Comédia*, de Dante. No Renascimento, a sua importância diminuiu dentro da tradição hermética (YATES, 2016, p. 457).

Atualmente, as melhores fontes para estudo das técnicas mnemônicas são os tratados de Retórica, nos quais a Memória aparece como uma das partes da elaboração do discurso e bem dividida em Memória Natural e Memória Artificial. Esses tratados mais aludem do que propriamente explicam. A *Retórica a Herênio*, segundo Chiappetta (2010), ainda é o que traz maiores detalhes sobre as regras da mnemônica.

O sistema classificatório e organizacional proposto por esses tratados do século XVII está presente na base lógica combinatória de Leibniz e, portanto, na base da configuração do método científico experimental que se insere na ciência moderna. Nesse diapasão, a Memória apresenta-se como arte autônoma e não meramente parte da Retórica.

## MEMÓRIA E TECNOLOGIA – UMA REFLEXÃO

Platão não trata do tempo e deixa a Memória quase que confundida com a imaginação – isso longe de esgotar as compreensões do que seja Memória, como se pode verificar pelo que é demonstrado no pensamento de Aristóteles (384-322 a.C.).

Tendo em vista essa posição, Ricoeur (2014) caminha adiante na sua reflexão sobre Memória, na busca de superar essas lacunas. Nas bases dos atuais estudos sobre Memória, motivados pelo pensamento de Ricoeur (2014), encontram-se as origens da problemática a respeito do tempo nesse embate platônico-aristotélico.

A partir da observação do tratamento dado à questão no passado, surgem novos paradigmas sobre o assunto e, até mesmo, aberturas de perspectivas que apontam para um renovado interesse e aprofundamento acerca da compreensão da importância da Memória.

Faz-se uma reflexão sobre a própria subjetividade e o quanto ela se relaciona com a Memória; em especial, numa época em que, graças aos artifícios cada vez mais avançados de extensão da memória (*Ipads*, computadores, *tablets* etc.), o assunto está aparentemente fora de questão.

É inegável que, com o avanço da tecnologia, vários suportes foram criados para reter em si a escrita. Tais mecanismos foram responsáveis pela substituição do uso essencial da Memória – aquela Memória utilizada nos primórdios da Retórica. O discurso escrito faz uma rememoração, o que permite que a sua consulta facilite a relação do orador com a assembleia em caso de falhar uma expressão, um enunciado ou um tópico a ser explorado. Regata-se, aqui, o conceito de memória como retenção de informações e dados, como assinala Le Goff (2014).

A Memória, entretanto, vai além desse viés. Ela pode ser entendida como parte da tradição de um povo e, por assim dizer, guardiã de suas lembranças coletivas. Não é à toa que há notícias de discursos oratórios famosos da Antiguidade; é porque, além de terem sido conservados por um tempo por meio da tradição oral de seu povo, em um dado momento, alguém se preocupou em registrá-los para garantir a sua preservação. Ainda que não fossem mantidos literalmente, a essência foi preservada, o que garantiu que gerações futuras tivessem acesso à forma de pensar e agir de uma determinada comunidade em um determinado momento histórico. É a Memória, enquanto História, de acordo com Ricoeur (2014).

Como ilustração, Candau exemplifica:

Doutrinas, contos, relatos, mitos inscritos em uma trama narrativa, são as pedras angulares de memórias fortemente estruturadas que contribuem, no interior de um

grupo ou de uma sociedade, para orientar duravelmente as representações, crenças, opiniões e para manter a ilusão de seu compartilhamento absoluto e unânime (CANDAU, 2016, p. 182).

Percebe-se, em linhas gerais, que são as narrativas que conservam as lembranças – tanto do ser humano como singularidade, com as suas lembranças pessoais; quanto da coletividade, que construiu uma identidade de época, ligada ao momento histórico, ética, valores morais. Essa narrativa retórica é muito bem contemplada por Tringali (1988).

Ao ampliar o tema, Chartier (2007) chama a atenção para o pavor exagerado de que os escritos possam ser apagados ou perdidos por falta de uma conservação adequada, que perpetue esse material, o que comprometeria a manutenção da Memória Coletiva. Essa Memória já ultrapassa a oralidade. Criou-se uma proliferação desmedida de escritos. O ser humano vive a grande questão entre a manutenção da escrita e o apagamento necessário. A questão pode ser paralelamente relacionada à Memória e à necessidade do esquecimento. Afinal, nos primórdios dos estudos sobre Memória já se tinha claro que a ação mnemônica se prestava a um fim específico e que, portanto, após o uso, poderia e deveria ser descartado aquilo que não mais se faria necessário. O palácio que guardava tesouros imagéticos deveria ser, sempre que necessário, esvaziado para dar lugar a novas imagens.

Ademais, a memória coletiva se mantém na tradição de alguns gêneros e se fortalece em instituições que a alimentam. Entretanto, assistimos, na história, a um ruir dessa realidade, pois ao adentrarmos na Idade Pós-Moderna, marcada pela globalização, velocidade demasiada de informações e fluxo contínuo das telas dos computadores e demais dispositivos tecnológicos, a Memória vai sendo gradativamente deixada de lado. Há uma imersão em uma apatia de temporalidade. É o ser humano do século XXI que acaba por não mais conseguir resgatar e projetar. É uma nova perspectiva, que, de acordo com Robin (2016), representa o ser humano hodierno, que se encapsula num eterno presente, alheando-se do passado e do futuro, permitindo, assim, que ambos se esvaíam, comprometendo a Memória, tanto individual quanto coletiva.

Perder a Memória, ou ainda, menosprezá-la, traz às pessoas de uma determinada comunidade ou sociedade o prejuízo de perda de identidade, tão importante nos dias atuais para a conquista do futuro; por isso, torna-se imprescindível essa recuperação do passado. Sem resgate, dificulta-se a projeção. Segundo Rossi (2010, p. 30): “O fosso da perda da memória pode reduzir a nossa vida de indivíduos a uma série de momentos que não têm mais nenhum sentido. Mas isso não

vale só para os indivíduos. Não existe só a memória individual. [...] mas igualmente para a coletividade e para os grupos humanos”.

Mais uma vez, a Memória não só importa para o indivíduo que se descobre como sujeito histórico, porque se enxerga no outro; mas, é relevante a sua relação com o coletivo, porque se os paradigmas se perdem, são muitas mentes que atrofiam ao mesmo tempo, o que pode ser um traço constituinte do perfil dessa geração. Entretanto, isso só o futuro mostrará.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de parecer algo fora do contexto atual, visitar os Tratados de Memória é um convite ao exercício das técnicas mnemônicas, que levam a ter o conhecimento adquirido e o processo de pensamento organizado de forma ordenada e segundo padrões bem esquematizados. Assim, a mnemônica não diz respeito somente à memorização do discurso, mas também à própria elaboração do que dizer. E isso continua imprescindível. É uma arte atemporal.

A Arte da Memória fomentou a aproximação entre palavra e imagem, uma técnica de extensa tradição que cuidava de transformar palavras e coisas em imagens a serem memorizadas; bem como, de colocar essas imagens em lugares previamente ordenados.

O orador precisa lançar mão de variados recursos a fim de discorrer adequadamente sobre as coisas que necessita comunicar e para persuadir. O exercício da Memória Artificial implica “pensar, produzir, ouvir, guardar e julgar os discursos com o instrumental advindo de lugares e imagens”, como bem lembra Chiappetta (2010, p. 15).

Tem-se aí um conjunto de ações que ecoam dos séculos anteriores, mas que são uma herança a ser compartilhada por todos que entram em contato com esse universo da Memória, *thesauro rerum omnium* – “tesouro de todas as coisas”.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*. Tradução de Luzmara Cursino Ferreira. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

CÍCERO. *Partições oratórias*. Tradução de Angélica Chiappetta. São Paulo: [s.n.], 2007.



Disponível em: <[https://www.academia.edu/11690218/C%C3%ADcero\\_Part%C3%A7%C3%B5es\\_orat%C3%B3rias\\_Tradu%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/11690218/C%C3%ADcero_Part%C3%A7%C3%B5es_orat%C3%B3rias_Tradu%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 10 set. 2017.

CHIAPPETTA, Angélica. Cícero e a tradição ciceroniana da memória artificial. In: CICE-  
RONIANÍSSIMOS! SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE CÍCERO. Campinas, SP: IEL/  
Unicamp, 2010. Disponível em: <[https://www.academia.edu/11689956/C%C3%ADcero\\_e\\_a\\_tradi%C3%A7%C3%A3o\\_ciceroniana\\_da\\_mem%C3%B3ria\\_artificial](https://www.academia.edu/11689956/C%C3%ADcero_e_a_tradi%C3%A7%C3%A3o_ciceroniana_da_mem%C3%B3ria_artificial)>. Acesso em: 22 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Algumas notas sobre imagem e palavra na Arte da Memória*. Trabalho apresen-  
tado no II Colóquio Visões da Antiguidade (IAC/USP, PROAERA/UFRJ), São Paulo,  
2011. Disponível em: < [https://www.academia.edu/11690025/Algumas\\_notas\\_sobre\\_imagem\\_e\\_palavra\\_na\\_Arte\\_da\\_Mem%C3%B3ria](https://www.academia.edu/11690025/Algumas_notas_sobre_imagem_e_palavra_na_Arte_da_Mem%C3%B3ria)>. Acesso em: 10 set. 2017.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero  
Freitas de Andrade. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7. ed. rev. 1ª  
reimpressão. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

O NOME da rosa. Direção: Jean-Jacques Annaud. Produção: Neue Constantin Film;  
Cristaldifilm; Les Films Ariane. São Paulo: Warner Bros; Flashstar, 1986. 1 DVD.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et  
al. 6ª reimpressão. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Tradução de Cristiane Dias e Greciely Costa. Cam-  
pinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento. Seis ensaios da história das ideias*.  
Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

SCATOLIN, Adriano. Retórica e Memória na Roma Antiga. *Revista Música*, v. 16, p. 25-  
39, 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/document.pdf>>. Acesso em: 3  
set. 2017.

TRINGALI, Dante. *Introdução à retórica: a retórica como crítica literária*. São Paulo:  
Duas Cidades, 1988.

YATES, Frances Amelia. *A arte da memória*. Tradução de Flávia Bancher. 1. ed. 3ª reim-  
pressão. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2016.

